

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**PCB: SEUS AVANÇOS, PROBLEMAS, DESAFIOS E SEUS
IMPACTOS NA ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS
SANTAMARIENSES (1945-1958)**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Cristina Gabriela Feiber

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**PCB: SEUS AVANÇOS, PROBLEMAS, DESAFIOS E SEUS
IMPACTOS NA ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS
SANTAMARIENSES (1945-1958)**

Cristina Gabriela Feiber

Monografia apresentada ao Curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Especialista em História do Brasil.**

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad.

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização**

**PCB: SEUS AVANÇOS, PROBLEMAS, DESAFIOS E SEUS
IMPACTOS NA ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS SANTA-
MARIENSES (1945-1958)**

elaborada por

Cristina Gabriela Feiber

como requisito parcial para a obtenção do grau de

Especialista em História do Brasil

COMISSÃO EXAMINADORA

Diorge Alceno Konrad, Dr.

(Presidente, Orientador)

Sérgio Alfredo Massen Prieb, Dr. (UFSM)

Gláucia Vieira Ramos Konrad, Dra. (UFSM)

Moacir Bolzan, Dr. (Membro Suplente, UFSM)

Santa Maria, 20 de janeiro de 2014.

*Dedicado a todos os militantes
comunistas que já passaram pela cidade de
Santa Maria.*

AGRADECIMENTOS

É difícil agradecer sem deixar ninguém de fora, então simplesmente agradeço a todos aqueles que de alguma forma colaboram na elaboração desse trabalho.

*Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas,
ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência.*

karl Marx

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

PCB: SEUS AVANÇOS, PROBLEMAS E DESAFIOS ENTRE 1945 E 1958

AUTORA: Cristina Gabriela Feiber

ORIENTADOR: DIOERGE ALCENO KONRAD

Data e Local da Defesa: 20 de janeiro de 2014, Santa Maria.

O presente trabalho tem por objetivo fazer um estudo sobre o Partido Comunista do Brasil (PCB), no contexto da Segunda República, mais precisamente no período de 1945 (ano que houve o início de um breve período de legalidade do Partido), a 1958 (ano em que é feita uma autocrítica devido aos problemas internos que existiam naquele momento). Também são destacadas as posições dos governos em relação a este Partido, bem como são analisadas as ações dos comunistas e os problemas enfrentados em tempos de ilegalidade. Fazendo uma análise sobre a situação dos comunistas de Santa Maria no período estudado, assim como uma relação entre o nacional e o local.

Palavras-Chaves: Partido Comunista do Brasil; Ilegalidade; Ações dos Comunistas; Santa Maria; Brasil.

ABSTRACT

Specialization Monograph
Post-Graduate Program in History
Federal University of Santa Maria

PCB: ITS PROGRESS, CHALLENGES AND PROBLEMS BETWEEN 1945 AND 1958

AUTHOR: Cristina Gabriela Feiber

ADVISOR: DIOERGE ALCENO KONRAD

Date and Place Defense: January 20, 2014, Santa Maria.

The present work aims to make a study about the Communist Party of Brazil (PCB) in the context of the Second Republic, more precisely, from 1945 (when the Party had a brief period on legality) to 1958 (when the Party was criticized due to internal problems). There will be highlighted the government's positions in relation to this Party, as well as the communists' actions and the problems they had faced in times of lawlessness. The situation of the members of the Party who lived in the city of Santa Maria at that period will also be analyzed, in order to establish relations between the local context and the national context.

Keywords: Communist Party of Brazil; Illegality; Communists' actions, Santa Maria, Brazil.

LISTA DE SIGLAS

ANL - Aliança Nacional Libertadora.

CGTB - Confederação dos Trabalhadores do Brasil.

DOPS - Delegacia de Ordem Político e Social.

MUF - Movimento Unificador Ferroviário.

MUT - Movimento Unificador dos Trabalhadores.

PCB - Partido Comunista do Brasil.

PDC - Partido Democrata Cristão.

PRT - Partido Republicano dos Trabalhadores.

PSD - Partido Social Democrático.

PSP - Partido Social Progressista.

PSB - Partido Socialista Brasileiro.

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

STF - Supremo Tribunal Federal.

UDN - União Democrática Nacional.

UFG - União dos Ferroviários Gaúchos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 – PCB: O CONTEXTO GERAL DE 1945 A 1958.....	13
2 – O ENVOLVIMENTO DOS COMUNISTAS NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E NA DEFESA DOS SEUS INTERESSES.....	21
3 - O PARTIDO NO CONTEXO NACIONAL E DE SANTA MARIA E OS PROBLEMAS ENFRENTADOS.....	27
CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS.....	34

INTRODUÇÃO

No *Manifesto do Partido Comunista*¹, Karl Marx e Friedrich Engels apresentam as fases da constituição do proletariado em classe social. Falam sobre a massa disseminada por todo país e dispersa pela concorrência, como também sobre a concentração derivada do desenvolvimento da indústria e do contato internacional, além das lutas individuais e locais, da fundação de organizações permanentes e da constituição do Partido. Nos autores, dessa organização do proletariado em classe surge o partido político, evidenciando-se a centralidade da organização política da classe social e a centralidade do proletariado enquanto elemento revolucionário da sociedade burguesa. Porém, a classe operária não é espontaneamente revolucionária, sendo que, este radicalismo só virá a existir em estado potencial.

Para explicar melhor isso, em *A miséria da filosofia*², Marx coloca a classe como “classe em si”, sendo esta a classe tal como é produzida pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, puro objeto econômico, simples matéria a explorar, não sendo ainda revolucionária, pois partilha essencialmente dos valores e concepções de mundo da classe dominante, não concebendo como possível quaisquer outras relações sociais. É uma classe em relação ao capital, mas não em relação a si mesma. A “classe em si” precisa tornar-se “classe para si” para se tornar consciente do seu papel anticapitalista. Isso acontece pelo desenvolvimento da sua prática histórica de luta. A classe “em si” passa a opor-se à classe “para si”, deixando de ser simples máquina econômica para se tornar sujeito do processo histórico. Ou seja, a partir da contraditória situação material apresentada pelo capitalismo é que a classe trabalhadora toma consciência de sua condição e busca estabelecer organizações que possam superar esta condição. A classe para si deve se organizar em partido político. Mais precisamente no partido comunista.

Feita esta explicação, o objetivo desse trabalho é fazer um estudo sobre o Partido Comunista do Brasil (PCB) e suas ações e seu envolvimento com a classe operária durante os anos de 1945 a 1958, relacionando-o com a situação de Santa Maria.

O PCB é o mais antigo partido ainda em atividade no País, sendo fundado em 25 de março de 1922, passando a maior parte de sua existência na clandestinidade e sob

¹ MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

² MARX, Karl. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria*, do Sr. Proudhon. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

dura perseguição política, sendo que, muitos de seus militantes foram encarcerados, exilados e até mesmo assassinados. O PCB foi a maior força de esquerda no Brasil (até pelo menos metade da década de 1970), tendo participação ativa nos acontecimentos políticos mais importantes do Brasil do século XX, como as conquistas trabalhistas, a redução da jornada de trabalho, a luta pela reforma agrária, a organização de sindicatos, o surgimento de centrais sindicais, a luta pela manutenção estatal do petróleo e pela entrada do País na guerra contra o nazi-fascismo.

Para desenvolver esta monografia, o primeiro capítulo faz uma retrospectiva de 1945, ano em que iniciou um pequeno período de legalidade para o PCB, até 1947, quando retorna à ilegalidade. Aqui, são exploradas, também, as ações dos comunistas em um longo contexto nacional de ilegalidade até 1958, quando o Partido faz uma autocrítica e muda novamente de rumos.

O segundo capítulo faz algumas colocações sobre os comunistas de Santa Maria no mesmo período desenvolvido no capítulo anterior (considerando sua inserção no movimento dos trabalhadores), principalmente estudando a atuação de quatro vereadores comunistas, mas que foram eleitos sob outras legendas, sendo estes: Jorge Achutti Mottecy, Higino Trevisan, Pedro Alvarez e Mathias Salatiel. As fontes primárias (livros de atas e ofícios da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria) foram fundamentais para o desenvolvimento deste capítulo.

Por fim, o terceiro capítulo faz uma comparação entre a atuação nacional e local, através de uma síntese do período estudado. Dessa forma pretendeu-se ter um panorama a respeito da situação dos comunistas santamarienses, se agiram de acordo com a ideologia do partido e seguiram os acontecimentos e diretrizes nacionais, ou se se comportaram de forma própria a nível local, assim como o envolvimento do PCB como classe trabalhadora.

1 – PCB: O CONTEXTO GERAL DE 1945 A 1958

No final do Estado Novo, ainda durante a Ditadura do Governo Getúlio Vargas (1942-1945), aprofundou-se a luta pela redemocratização na História do Brasil, quando a classe operária e seu partido (o PCB) reapareceram no cenário político brasileiro. Partido esse que foi se construindo dentro do movimento operário, com as primeiras greves do século XX, a necessidade de um partido político que representasse os trabalhadores, uma tentativa frustrada de fundação em 1919 e em meio a outras tendências, como socialistas e anarquistas, em 25 de março de 1922 foi finalmente fundado. De 28 a 30 de agosto de 1943, foi realizada a 2ª Conferência Nacional do PCB, com a participação de Amarílio Vasconcellos, Armênio Guedes, Dinarco Reis, Diógenes Arruda Câmara, Francisco Gomes, Ivan Ramos Ribeiro, João Amazonas, José Medina, Júlio Sérgio de Oliveira, Mário Alves, Maurício Grabois, Pedro Pomar, entre outros, representando 46 delegados do Distrito Federal e dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Pará. Diorge Alceno Konrad sintetiza as definições do encontro:

A Conferência da Mantiqueira resolveu que os comunistas deviam liderar a luta patriótica contra o nazismo, ao mesmo tempo que defendeu o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar no continente europeu. Aprovou, assim, a tática política da União Nacional com vistas a contribuir para a derrota do hitlerismo no campo internacional e o avanço da democracia no plano nacional: principalmente levantando a bandeira da libertação dos presos políticos (...) Dessa forma, mesmo diante da clandestinidade e da perseguição policial, os comunistas conseguiram reerguer sua organização (...).³

Sobre aquele contexto, Santana, 2001 complementa:

(...) Terminada a segunda guerra, na qual lutou ao lado das forças democráticas aliadas, o ditador Getúlio Vargas, pressionado internamente, desenvolve uma engenharia política bem ao seu gosto, na qual propunha a passagem para o sistema democrático mantendo-se à frente do regime. Para tanto, buscando contrabalançar a correlação de forças que lhe era desfavorável, Vargas tenta aumentar seus laços com setores mais à esquerda vinculados aos trabalhadores. Um elemento de peso nesse quadro é o recém-legalizado PCB que orientado pela lógica de ação do comunismo internacional de “frente

³ Cf. KONRAD, Diorge Alceno. 1935 -1945: repressão e organização. In: RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto (orgs.). **Contribuição à História do Partido Comunista do Brasil**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010, p. 71.

contra o fascismo” e “ordem e tranquilidade”, se engaja, com outros setores, no movimento “queremista” (Campanha *Queremos Getúlio*).⁴

Sendo assim, os comunistas saem às ruas lutando pela “Constituinte” junto com os “queremistas”. Esse nesse movimento conforme Michelle Reis de Macedo os trabalhadores participaram ativamente do processo de democratização ao longo do ano de 1945, reivindicando a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. Milhares de telegramas foram enviados por trabalhadores e populares a Vargas pedindo sua candidatura para a próxima eleição presidencial que ocorreria a 2 de dezembro daquele ano. Em seus textos, os trabalhadores traduziam a importância das políticas públicas patrocinadas pelo Estado na década de 1930 e, no momento da transição democrática, demonstravam o temor de perder os direitos de cidadania social que alcançaram nos anos anteriores. Portanto, exigir a candidatura de Vargas foi uma das possibilidades que encontraram para garantir a manutenção das leis sociais. Mas com o crescimento da esquerda, Getúlio Vargas teve que ir fazendo concessões, sendo decretada a anistia, resultando na saída da prisão de Luiz Carlos Prestes e centenas de outros prisioneiros políticos. Ainda em 1945, foram marcadas eleições para presidente, governos dos estados e assembleias legislativas, das quais o Partido foi se organizando para participar. O resultado foi um crescimento acelerado, passando de um pequeno partido ilegal para um partido de massas, como expõe Segatto:

O Partido Comunista depois de 23 anos de luta, quase sempre clandestino, na vanguarda do proletariado, conquista uma legalidade, tornando –se um grande partido de massas, em pouco tempo passa de uns poucos milhares de membros para quase 200 mil. Simultaneamente, organiza 500 células no Rio de Janeiro; 361 células, 22 núcleos distritais e 102 núcleos em São Paulo; 123 comitês em Porto Alegre e muitos outros nos diversos estados.⁵

O crescimento foi imenso e inesperado, exigindo mudanças na estratégia política do Partido. Segatto descreve o programa que Prestes auxiliou a construir para definir e suprir as novas demandas, o qual precisaria ter uma realização progressiva dentro da

⁴ SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**. Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001, p. 40.

⁵ SEGATTO, José Antônio. **Breve história do PCB**. 2 ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 59.

ordem e da lei para superar a grande crise política social e econômica. Assim, os comunistas chamam todos os homens democratas e progressistas para trabalharem juntos, não importando sua posição social. Essa nova linha primava pela unificação nacional, defendendo, também, as eleições livres e a reconstitucionalização democrática.

Com a volta para a legalidade, o Partido recomeçou sua luta por inserção no movimento sindical, o que acontecerá rapidamente, buscando uma maior organização do movimento dos trabalhadores e, também, o envolvimento deste em um plano político mais geral. Para Santana (2001), o Partido passará a trabalhar na organização do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), que passou a ser dirigido por João Amazonas. Essa intersindical será um ponto de apoio importante para a campanha por legalização do PCB (pois essa organização, através de seus manifestos visava a luta pela democratização tanto nos sindicatos como no quadro político geral), no contexto da sua participação no movimento queremista. A ofensiva comunista nos sindicatos também estava inserida na lógica da disputa por dentro da aliança com o ditador, bem como o avanço da militância comunista nos sindicatos estava ligado à necessidade que tinham em instalar-se em pontos chave da estrutura sindical, fortalecendo sua posição diante das massas e no conjunto do sistema político. O PCB, representado por Prestes, defendia uma política de união nacional, chamando o MUT e os sindicatos para o papel de auxiliar o governo e os patrões a encontrar solução prática, rápida e eficiente para os problemas econômicos. Em seu discurso⁶, em maio de 1945, Prestes colocava que, através do MUT, haver-se-ia de chegar ao organismo nacional da classe operária, o qual seria a grande força dirigente dos acontecimentos em benefício do progresso nacional e do bem-estar do povo.

Em meados de 1945, o PCB se preparou para as eleições, lançando como candidato à Presidência Yeddo Fiuzza (que não era militante comunista, mas estava participando das eleições pelo partido), ex-prefeito de Petrópolis, no Rio de Janeiro. Com uma liberdade sindical relativa, o PCB tomou a frente do movimento operário que estava em constante desenvolvimento, realizando um importante trabalho de massa nesse meio.

Boa parte da oposição a Getúlio estava nas mãos de setores mais reacionários da burguesia brasileira, aqueles que apoiavam o capital estrangeiro e eram contrários a uma

⁶ Op. Cit. Santana

política nacionalizante. Ainda em 1945 aconteceu um golpe militar, sendo alçado à Presidência da República José Linhares (presidente interino por 93 dias). No período, o PCB continuou lutando pelos direitos do povo, pedindo pela união nacional, por um governo de confiança, pela democracia e por eleições livres. Sobre esse governo, Carone (1982, p. 64), citando o jornal *A Tribuna popular*, afirma que o povo aplaudia as atitudes positivas do presidente Linhares, mas ao mesmo tempo assistia com estranheza algumas perigosas contradições, como uma verba destinada à polícia política e a volta da delegacia de ordem social, quando se começava a sentir a continuidade da repressão.

Nas eleições de 1945, participaram o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ambos criados por Vargas, este como uma alternativa ao PCB, sendo que tanto reunia lideranças sindicais cooptadas pelo Estado, como possuía bases populares.⁷ A União Democrática Nacional (UDN), cuja parte mais a esquerda logo formará o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Democrata Cristão (PDC) também lançam candidatos. Na eleição que elegeu Eurico Gaspar Dutra, apoiado por Vargas e pelo PTB, Yeddo Fiuzza (PCB), com 10% do total dos votos, ficou em terceiro lugar. Prestes foi eleito senador pelo Distrito Federal entre outros estados, enquanto o PCB elegeu 14 deputados federais. Foram eleitos Gregório Bezerra, José Maria Crispim, Maurício Grabois, Claudino José da Silva, Joaquim Batista Neto, Osvaldo Pacheco, Abílio Fernandes, Alcides Sabença, Agostinho Dias de Oliveira, João Amazonas, Carlos Marighella, Milton Caires de Brito, Alcedo Coutinho e Jorge Amado. Se somaram a eles, posteriormente, eleitos sob a legenda do Partido Social Progressista (PSP), Diógenes Arruda Câmara e Pedro Pomar.⁸

Na Constituinte, iniciada em 1946, a pequena bancada do PCB teve papel de destaque na defesa dos interesses da classe operária. Porém, Eurico Gaspar Dutra, ainda em 1946, começou a fechar o cerco contra os comunistas e o isolar o PCB. Nesse mesmo ano, proibiu a existência do MUT e suspendeu as eleições sindicais.

Segundo Edgard Carone citando Prestes, o governo Dutra fazia uma política de submissão ao imperialismo norte americano. Sobre isso, vale a pena ver a seguinte passagem:

⁷ Sobre o questionamento de que o PTB tenha sido uma simples criação de Vargas, ver: FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista”. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro. 3. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁸ Cf. SEGATTO, José et alii. PCB – memória fotográfica 192-1982. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 84.

É cada vez mais claro o propósito do imperialismo norte-americano no sentido de aumentar a colonização do país, de submetê-lo a seu completo domínio [...] e seu ataque à união soviética [...] Essa política progressiva de submissão ao imperialismo norte-americano por parte do governo do sr. Dutra[...] vem acompanhada da intervenção descarada na política interna com as medidas contra o PCB. (Prestes apud Carone).⁹

Em consequência da repressão, o Governo Dutra e o Supremo Tribunal Federal (STF) cancelaram o registro do PCB, sendo o mesmo cassado, em 1947. Conforme Segatto, a partir dali, desencadeou-se uma violenta perseguição aos comunistas, quando o funcionamento da Juventude comunista foi suspenso, o Senado aprovou a demissão de todos os funcionários públicos que eram suspeitos de serem comunistas, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) foi fechada pelo Ministério do Trabalho, o qual também interviu em 400 sindicatos até o final do Governo Dutra, os parlamentares do PCB tiveram seus mandatos cassados, 1948, enquanto as redações dos jornais comunistas foram depredadas. O PCB foi jogado na ilegalidade novamente e seus militantes sofreram repressão militarizada, ficando a impressão de que haviam superestimado a liberal-democracia.

Sua volta para a ilegalidade o forçou a mudar sua política de alianças com a pequena burguesia, radicalizando mais suas ações e pregando uma aliança operária e camponesa através da Frente de Libertação Nacional. Na conjuntura final do Governo Dutra, Prestes propôs o *Manifesto de agosto de 1950*. Algumas das reivindicações que faziam parte do programa dessa frente foram a busca por um governo democrático e popular, a imediata libertação do Brasil do jugo imperialista, a entrega de terra a quem trabalhava e o melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras. A radicalização do Partido, através de uma política sectária em alguns aspectos, como, por exemplo, o combate aos sindicatos existentes por serem subordinados ao Estado, passava a ser uma marca da atuação comunista daquele período.¹⁰

Mas, mesmo com alguns problemas na linha que seguia, o PCB também realizou atividades com aspectos positivos como cita Seggato (1989)¹¹, destacam-se as campanhas pelo monopólio estatal do petróleo, as manifestações contra o envio de soldados brasileiros para a Guerra da Coreia, as ações pela paz mundial e contra a

⁹ CARONE, Edgard. **O PCB: 1943 a 1964**. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982.

¹⁰ Op. Cit. SEGATTO

¹¹ Op. Cit. SEGATTO

carestia. Juntamente aos trabalhadores rurais, também deu continuidade a formação de ligas camponesas, no início da década de 1950, começando a organizar os assalariados rurais em sindicatos, sendo que, em pouco tempo, chegaram a 50 sindicatos estruturados em todo o País. Porém, as forças reacionárias fizeram pressão ao Ministério do Trabalho e estes não foram reconhecidos.

Outro aspecto interessante, segundo Kieller¹², é que, tanto na legalidade quanto na clandestinidade, o Partido teve o apoio do jornal *Tribuna do Povo*, um periódico que oferecia espaço para a divulgação da plataforma dos candidatos do Partido e os que este apoiava. Também para esse autor algo que merece destaque é que o PCB adotou a tática de lançar candidatos por outras legendas, pois considerava que um parlamentar tinha uma importância estruturadora em um Partido e, mesmo que o parlamento burguês não resolvesse a situação, ter uma tribuna para apresentar suas ideias era importante, ainda que se utilizando de outras legendas.

Então devido a essa iniciativa, o líder sindical comunista Roberto Morena foi eleito deputado Federal em 1950, com a legenda do Partido Republicano dos Trabalhadores (PRT). Em Santa Maria, tiveram quatro vereadores no período a que se dedica esse trabalho, todos militantes comunistas e que foram eleitos com as legendas do PTB e do PSP. Foram eles: Higino Trevisan, Mathias Salatiel, Pedro Alvarez e Jorge Achutti Mottecy. Assim, mesmo sob outra legenda, tentavam agir conforme os ideais comunistas.

Outro acontecimento relevante foi que em 1954 com a morte de Getúlio, o povo se revoltou contra quem o criticou, destruindo jornais e empresas comerciais e bancárias, incluindo sedes identificadas como do PCB, o qual precisou mudar de tática política para não ficar afastado das massas.

Nesse mesmo ano, passou a ser feita uma aliança tático-eleitoral com o PTB, por julgar importante a união dos patriotas, trabalhistas, comunistas e democratas brasileiros na luta contra o jugo imperialista, por terras para os camponeses, pelos direitos dos trabalhadores, entre várias outras causas. Prestes convocou o PTB a analisar seu programa, para, juntos, construir uma plataforma conjunta e lutarem por ela.

Mas, ainda em 1954, acontecerá o IV Congresso do Partido Comunista do Brasil, aparecendo problemas na realização deste, sobretudo pelo seu caráter pouco

¹² KIELLER, Márcio. **PCB-PCdoB**. A unidade comunista no Brasil. Curitiba: Instituto Brasileiro de Estudos e Relações do Trabalho, 2002.

democrático, sendo que a escolha de delegados foi manipulada pela direção do Partido, assim como as decisões dos delegados também foram instruídas.

Porém, destaca-se que, com o IV Congresso, não houve praticamente nenhuma mudança na linha política, causando descontentamento por parte de alguns membros. Em 1956, depois do XX Congresso do PC da União Soviética, começaram os debates internos do PCB, sendo lido um documento criticando Stalin, o que deixou o PC aturdido por vários meses. A indicação que veio desse congresso era que se devia seguir o princípio leninista, o qual colocava que o Partido deveria ser dirigido por organismos que agissem de modo regular e coletivo, sendo que estes princípios estavam sendo violados, ainda mais que alguns membros do PCB se recusavam a fazer uma autocrítica mais substancial. Assim, com os debates em andamento, o Comitê Central produziu um documento que foi publicado, fazendo uma autocrítica na qual reconheceu os erros cometidos no encaminhamento das discussões e também as deformações provocadas pelo stalinismo, assim como a falta de democracia interna do Partido e mais alguns problemas.

Na sequência de debates, no ano seguinte, a direção tentou reestabelecer a unidade partidária e encerrar esses debates intermináveis, mas isso se tornava difícil, principalmente pelo aparecimento de dois extremos dentro do partido. De um lado, alguns militantes presos ao passado e que se recusavam a fazer a autocrítica, como Diógenes Arruda, Maurício Grabois e João Amazonas, e de outro, militantes profundamente decepcionados com as deformações nas ideias de Marx no período de Stalin, por se considerarem cúmplices naquilo tudo, chegaram até a defender a dissolução do Partido, como Agildo Barata e Osvaldo Peralva. De acordo com Segatto, entre esses dois extremos no interior do PCB, prevaleceu uma corrente de pensamento disposta a promover uma autocrítica profunda, que reconhecia a necessidade de uma nova reflexão em torno da questão democrática, não só no nível das atividades político-partidárias, mas também no nível da sociedade em geral.¹³

Foi em 1958 que isso realmente começou a acontecer, quando a definição de sua linha política se apresentou bastante diferente da anterior. Essas mudanças apareceram manifestas num texto de Luiz Carlos Prestes, chamado “Declaração de março”. Essa declaração apresenta cinco importantes pontos a serem seguidos, os quais são eles: política exterior independente e de paz; medidas de reforma agrária em favor

¹³ SEGATTO, José Antônio. **Breve história do PCB**. 2 ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989

dos camponeses; elevação do nível de vida do povo; desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e, por fim; consolidação e ampliação da liberdade democrática. Um regime social-democrático seria possível através de uma via pacífica devido a crescente democratização da vida política, através da organização do movimento operário e do desenvolvimento de uma unidade nacionalista e democrática para o Brasil. As mudanças da situação internacional também teriam sido positivas, pois resultaram em uma correlação de forças favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos. Assim, para a “Declaração”, o caminho pacífico para todas as correntes antiimperialistas, dentro da legalidade democrática na qual atuavam, se utilizando de formas legais de luta e de organização das massas, era um caminho a ser seguido. Seria, também, necessário defender essa legalidade, estendendo-a em favor das massas. Esse documento também afirmava que, para isso se concretizar, era preciso que o Partido se depurasse de persistentes defeitos, adquirindo novas qualidades.

Nessa declaração de março temos o início da nova fase do PCB, pois redefine a compreensão de movimento democrático e nacionalista na luta pelo socialismo, passando a se inserir de forma mais ativa na sociedade brasileira.

2 – O ENVOLVIMENTO DOS COMUNISTAS NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E NA DEFESA DOS SEUS INTERESSES

Os trabalhadores foram elaborando suas organizações e travando suas lutas ao longo das décadas finais do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Neste trabalho, damos mais importância às suas ações a partir de 1945, período sobre o qual de acordo com Santana:

A conjuntura que vai de 1945 a 1964 pode ser considerada uma das mais importantes da história do movimento operário e sindical brasileiro. Apesar de variações ocorridas em seus diferentes períodos internos, ela foi marcada pela riqueza de experimentações relativas à organização dos trabalhadores, sua prática político sindical, bem como em suas relações com agentes sociais externos: o Estado, os partidos políticos e os empregadores. (2001, p. 39)

Nessa conjuntura há uma estreita relação entre o PCB e o movimento organizativo dos trabalhadores, pois, para Santana, no período citado, essa relação encontrou seu nível mais avançado de desenvolvimento, principalmente na relação partido/sindicato/classe. O cientista social também coloca que, não é por acaso que as análises da prática desses agentes sociais naquela conjuntura acabem por combinar e agregar as atividades de ambos. Devido ao período de redemocratização começado em 1945, o PCB retomou sua luta por inserção no movimento sindical, e isso se deu a passos rápidos, como já foi citado.

Havia várias realidades regionais diferentes dentro da classe operária, mas, também, uma especificidade, no caso dos ferroviários, que se deve ao fato de que em todo o Brasil eles realizavam atividades semelhantes. Dessa forma, formataram uma profissão, que era própria àquelas exigências de todo um complexo de transporte de passageiros e mercadorias sobre trilhos. Geralmente, as empresas utilizavam expedientes de administração parecidos entre si e, então, aparentemente, se poderia supor que esses trabalhadores tivessem as mesmas necessidades e padrão de vida. Sobre a organização destes trabalhadores enquanto classe, Flores considera que:

Em relação ao exposto, seguindo-se a ótica das explicações bourdianas para “classe”, e no que diz respeito ao enquadramento dos ferroviários, Lima (pondera que as condições precárias de trabalho, questões remuneratórias e imposições das empresas ferroviárias caracterizam o devir de lutas desses trabalhadores no Brasil. Por isso, “construíram uma maneira própria de

convivência e de solidariedade entre si”. Para o autor, ao resistirem às situações mais críticas de trabalho é que fez surgir os movimentos de reivindicações que ao longo dos anos se tornaram uma “tradição” nesse meio proletário. Em nosso ver, essa é a questão fundamental.” (Rogério mendes de Lima apud FLORES, 2008, p. 59).

As greves e movimentações dos ferroviários foram se espelhando por várias regiões, ao mesmo tempo em que, seguidamente, se questionava outros grupos políticos questionavam a influência comunista.

Em um estudo sobre as greves dessa categoria, durante a década de 1950, no Paraná, Cláudia Monteiro (2005) conforme, em 20 de maio de 1950, foi apresentado ao delegado da Delegacia de Ordem Político e Social (DOPS) o resultado das investigações sobre a categoria ferroviária. No documento da repressão policial, havia “indícios” de que estouraria uma greve por reajuste salarial, ainda no dia 25 do mesmo mês, a qual estaria sob a influência dos “vermelhos”, sendo que estes estariam se aproveitando da situação de alto custo de vida e dificuldades pelas quais os trabalhadores passavam, a fim d influenciá-los.

Na produção bibliográfica local, a relação entre os comunistas e ferroviários em Santa Maria só é brevemente citada dentro de trabalhos mais amplos, sobre os ferroviários em geral. Assim, ainda há muito que se pesquisar para se esgotar o assunto, pois, nem mesmo em nível nacional ou estadual a bibliografia sobre o assunto é suficiente.

Desde seu início, o PCB tinha como objetivo trazer as massas para a órbita da influência comunista, através da organização efetiva dos trabalhadores. Por sua vez, no início da década de 1930, as estratégias estavam situadas, preferencialmente, nas marchas contra fome e nas greves. Porém, ainda em 1935, surgiram alguns conflitos de interesses com aliancistas da Aliança Nacional Libertadora (ANL) o que acabou complicando as ações pensadas e ofereceu percalços para que fossem executadas. Sobre os ferroviários, as atitudes de paralisação, incentivadas pelos comunistas, aconteceram de forma esparsa em alguns estados do País, incluindo o Rio Grande do Sul, porém sem ter tido grande repercussão.

No entanto, em 1945 as coisa mudaram, sendo que muitos comunistas puderam, com a volta do Partido para a legalidade, atuar livremente junto aos ferroviários,

principalmente como organizadores dos movimentos reivindicatórios, fato reconhecido por esses trabalhadores em depoimentos orais.¹⁴

Nessa época, essa realidade foi possível de ser verificada na cidade de Santa Maria, mesmo que o coletivo profissional não fosse plenamente adepto do comunismo. Por exemplo, controlaram o MUT em 1945, onde preconizava a manutenção da ordem, o apoio a Vargas, a aliança com outras correntes sindicais e a luta contra o nazifascismo. A greve seria o último recurso, pois o MUT objetivava representar os trabalhadores nas mesas de negociação. Ainda assim, foi alvo de repressão policial e tido como o responsável pela radicalização do movimento operário.

Muitas das lideranças que atuaram em Santa Maria junto aos ferroviários surgiram desse movimento, porém criaram o Movimento Unificador Ferroviário (MUF). Como já existiam alianças com os socialistas e com os trabalhistas, então, os comunistas puderam se movimentar de forma declarada, mesmo depois do PCB estar na ilegalidade. Na cidade, entre as principais lideranças dos movimentos reivindicatórios dos ferroviários, se destacaram militantes comunistas, além de pessedistas, trabalhistas e socialistas. Alguns dos que se destacaram foram: Mathias Salathiel (comunista), Baltazar Mello¹⁵ (ligado ao PTB), Aristotelino Tiolet, Argemiro Antônio da Rosa, Aldomar Lara da Ré, Ramão Ramires, Ernesto Bortoluzzi, Nelson Germano Witzel, Francisco Lemos, Walter Severo Marques, Clóvis Moraes Rodrigues Onofre Ilha Dornelles.¹⁶ Outros nomes relevantes foram Teóphilo Sauthier, Lucas Fortes dos Santos (maquinista da RFFSA, chegou a ser suplente de deputado federal nos anos 1940), Waldemar Rodrigues da Silva (chegou a ser deputado estadual presidente de honra do PCB-RS, e atualmente está com Alzheimer). O PCB chegou a ter entre seus militantes na cidade, um dos maiores poetas do estado, Laci Osório, morto a cerca de 10 anos,

¹⁴ Op. Cit. FLORES

¹⁵ Mello foi um dos nomes mais expressivos nos movimentos reivindicatórios, chegando a fazer cursos e visitas à União Soviética, nos anos 1950, buscando aprendizado para a organização local, além de ter sido um dos líderes da Campanha da Legalidade na cidade. Sobre isso, ver: KONRAD, Diorge Alceno. Legalidade e mundos do trabalho em Santa Maria (1961). In: **Anais do XI Encontro Estadual de História – História, Memória e Patrimônio**. Disponível em: http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346356121_ARQUIVO_TextoCompletoDeDiorgeAlcenoKonrad.pdf. Acesso em 27 dez. 2013. Depois do Golpe Civil-Militar de 1964, foi preso diversas vezes, sendo torturado física e psicologicamente, bem como sua família. Em relação a isto, ver: DURGANTE, Antônio. **Fim do pragmatismo: as relações entre Estado e os ferroviários em Santa Maria/RS durante o primeiro período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1968)**. Santa Maria: UFSM, 2012. 131p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Faleceu em 2003, em Santa Maria.

¹⁶ Flores, João Rodolfo Amaral. **O pragmatismo político dos ferroviários Sul-Rio-Grandenses**. Santa Maria: Editora UFSM, 2009.

Sauthier também foi um nome importante, chegou a ficar preso cerca de um ano. E Hebe Trindade, falecida já há cerca de 20 anos.

Flores (2009) coloca um espaço de reconhecimento aos vereadores que batalharam junto ao movimento dos ferroviários, nas lutas, na resistência e no trabalho, resultando na afirmação profissional e social destes trabalhadores. Entre eles, o vereador comunista (eleito por outra legenda) e ferroviário Mathias Salatiel, além dos vereadores comunistas (também eleitos por outras legendas), mas não ferroviários, Jorge Achutti Mottecy e Higino Trevisan.

Flores cita também que, um desses vereadores, Jorge Mottecy (membro do Movimento Nacionalista dos anos 1950 e, depois, integrante do ‘Grupo do Onze’, grupo que será constituído por progressistas de diferentes matizes ideológicos), o qual, em entrevista¹⁷ sobre as influências e pressões dos comunistas em relação aos ferroviários e suas famílias, colocou que seus companheiros atuavam em bairros, escolas e associações, principalmente a dos ferroviários.

Quanto à mobilização política, os ferroviários gaúchos acabaram fundando, em Santa Maria, a União dos Ferroviários Gaúchos (UFG). Esta entidade, ao longo dos anos 1950, será responsável pelas negociações desses trabalhadores com o governo do Rio Grande do Sul, a fim de tratar dos interesses da categoria.

Por sua vez, um dos motivos que impulsionaram aos ferroviários a retornarem suas mobilizações políticas foram os atritos entre suas lideranças e políticos eleitos com o voto da categoria. Havia dificuldades para a mobilização dos ferroviários por estarem espalhados por várias partes do Rio Grande do Sul, logo, com a retomada as greves, foi necessário se estabelecer um comando único pra todo o estado. As lideranças do PCB e do PTB estavam presentes, mas surgiram, também, a participação das mulheres desses trabalhadores no movimento. Ao mesmo tempo, as mobilizações dos ferroviários, estimulavam outras categorias, como os comerciários, a se aglutinarem a sua luta, já que os primeiros constituíam o maior contingente de proletários de Santa Maria, sendo normal que tomassem a frente.

Quando acontecia algum protesto ou mobilização dos ferroviários, autoridades mais conservadoras dos governos desvirtuavam as pretensões destes. Como resposta, se utilizavam de estratégias para atacar o movimento que se intensificava, atingindo indivíduos que possuíam grande simpatia entre os trabalhadores. A polícia agia mesmo

¹⁷ Cf. *Diário de Santa Maria*, 19 de junho de 2003, p. 11.

sem bases legais, prendendo os considerados “cabeças” do movimento, mas acabavam soltando-os, com a intenção de desmobilização.

Por exemplo, em 1948, o comunista e ferroviário Mathias Salathiel, foi preso num processo forjado pelos delegados Oscar Klein e Ruy Casado (segundo Ofício do senhor Ruy Viola, da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria).¹⁸ O motivo da prisão era o envolvimento na organização de uma passeata contra a fome e a carestia dos gêneros de primeira necessidade, principalmente no caso da carne, para a qual tentavam implantar aumentos abusivos. Na ata do dia 8 de março de 1948¹⁹, está registrado o recebimento do ofício do Senhor Ruy Viola, em relação à situação de Mathias Salatiel (pois este deveria estar presente, a fim de assumir a suplência na Câmara de Vereadores). Ainda na mesma ata, o vereador Valdemar Rodrigues da Silva pediu a volta da Comissão de Preços (a fim de negociar a baixa dos preços dos produtos de primeira necessidade, em favor da população, inclusive, dos ferroviários), assim se pronunciando: “tendo concluído a condenar a campanha de elementos comunistas que se intitulam os únicos defensores do povo”. Podemos verificar, assim, que mesmo tendo alguma abertura para a ação dentro da Câmara, os comunistas sofriam repressão por parte dos próprios colegas.

Na ata de 16 de março²⁰, está registrado que Mathias Salatiel tomou posse como vereador. Na mesma ata, está registrado o recebimento e a leitura de um ofício do Delegado de polícia Ruy Casado, no qual este solicita uma cópia autenticada da correspondência enviada a Câmara pelo senhor Ruy Viola (correspondência esta que relatava a situação de Mathias Salathiel). Esta solicitação foi colocada em votação, quando aconteceu um empate, sendo que o Presidente da Câmara, Josué Piccini, então desempatou, aprovando o pedido.

Ainda nesta ata, foi designada uma comissão para tentar resolver o problema da carne para a população. Dentre seus integrantes, estava o nome de Mathias Salatiel, fato interessante, já que o motivo de sua prisão teria sido a organização de uma passeata que protestava justamente sobre esse problema. Na ata do dia 26 de março²¹, o vereador Higino Trevisan (comunista eleito com outra legenda), relatava sua reunião com a

¹⁸ *Livro de Correspondências*. Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria. Santa Maria, 6 de março de 1948.

¹⁹ *Livro de Atas de 1948*. Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria. Ata 35 de 1948.

²⁰ *Idem*. Ata 37 de 1948.

²¹ *Idem*. Ata 40/48.

polícia e expressava sua indignação com as prisões ocorridas devido a organização da passeata contra a fome.

Ainda sobre o caso da carestia dos alimentos, Jorge Achutti Mottecy também foi militante dedicado (especialmente no caso da carne). Na entrevista dada por seu genro, Luíz Carlos Pistóia de Oliveira, este coloca que, como vereador, ele se salientou muito naquela época, em Santa Maria, na campanha da carne, sendo que, em determinado momento do período aqui estudado, havia um movimento para um aumento significativo da carne, tendo Mottecy assumido a liderança do movimento contrário. Na ocasião, conseguiram que o impedimento do aumento, por isso ele foi apoiado pela população de Santa Maria.²²

Salatiel foi preso novamente em fevereiro de 1951, quando desembarcava na estação ferroviária de Santana do Livramento, sem nenhum motivo aparente, quando as autoridades estaduais estavam agindo deliberadamente em suas repressões. Vários outros ferroviários também foram presos. Jorge Mottecy demonstra sua indignação, colocando a opinião de que se vivia num regime ditatorial, no qual as garantias individuais eram violadas sem o mínimo de respeito pela opinião pública, e o cidadão, principalmente os trabalhadores, estavam à mercê de instintos criminosos.²³

Outra questão pela qual os comunistas também lutavam em Santa Maria era a do transporte público. Na ata de 7 de janeiro de 1952, Pedro Alvarez insistia na urgência de ser resolvido o problema do transporte coletivo, principalmente nos bairros nos quais a população mais clamava por transporte, pois, não sendo isso resolvido, seria demonstrada a incapacidade do governo local em resolver os problemas dessa área. Como podemos ver, esse já era um problema antigo enfrentado pela população santamariense.

Como vimos, a intenção principal deste capítulo foi apresentar alguma das ações dos comunistas na cidade de Santa Maria e sua inserção no movimento dos trabalhadores. Como é impossível falar em classe proletária na cidade nesse período sem trabalhar sobre os ferroviários, este foi o tema que teve maior atenção. Podemos perceber que os comunistas estavam realmente envolvidos e tentando colocar em prática

²² Oliveira se lembra das fotos da época, publicadas em jornal local, nas quais Mottecy foi carregado nos braços do povo. Informações contidas em entrevista concedida a autora, em dia 26 de maio de 2012. Sobre este episódio, ver: KONRAD, Diorge Alceno. Jorge Mottecy: o vereador de Prestes. In. *A Razão - A Razão e a História*, Santa Maria - RS, p. 2, 28 mar. 2005.

²³ Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, *Livro de Correspondências*. Ofício do vereador Jorge Mottecy, março/1951.

seus ideais de luta, apesar dos problemas enfrentados e de outros elementos políticos envolvidos no contexto.

3 - O PARTIDO NO CONTEXTO NACIONAL E DE SANTA MARIA E OS PROBLEMAS ENFRENTADOS

De uma forma mais geral, através da bibliografia e dos documentos estudados, pode-se dizer que o PCB teve uma unidade e era bem centralizado, sendo que, podemos verificar em Santa Maria características e fatos comuns ao contexto nacional. Por exemplo, na entrevista do senhor Luiz Carlos Pistóia de Oliveira sobre seu genro, o comunista Jorge Mottecy, podemos verificar o respeito para com as decisões do Partido:

[..] na época tinha o Luiz Carlos Prestes que era o chefe maior do Partido Comunista no Brasil e na eleição pra governador do estado, e pelo PTB se não me engano era o Alberto Pasqualini e o Jobim pelo partido conservador, e os comunistas optaram não pelo apoio ao Alberto Pasqualini que tinha ideias socialistas mas pelo Walter Jobim, através do Prestes porque o plano de governo do Walter Jobim tinha a questão do investimento na eletricidade do Rio Grande do Sul e isso era considerado pelos comunistas extremamente importante pra o desenvolvimento do estado, pra favorecer as massas, isso significava um investimento de infraestrutura extremamente importante [...] naquela época o que vinha da cúpula era extremamente seguido pelos militantes, havia uma disciplina partidária muito grande, e aquele quinhão de votos dos comunistas foi o que deu a vantagem significativa pro Walter Jobim se eleger governador na época, eu me lembro, isso aí foi uma passagem que ele contou e que houve assim muitas discussões sobre isso, exatamente pelas ideias do Pasqualini, mas a questão maior naquele momento era exatamente a diferença do plano de governo que no entender da cúpula do Partido comunista aqui no Brasil era o plano de governo que interessava ao Partido Comunista e às massas mais do que apoiar o Alberto Pasqualini.^{24 25}

Essa é uma boa representação de como o Partido (seus membros no geral) costumava agir, pelo menos na maior parte do tempo. É claro que o PCB enfrentou diversos problemas, mudanças nos seus planos de ação e na sua tática, bem na sua linha programática, bem como algumas divergências entre seus membros, principalmente nos anos que antecederam a autocrítica de 1958. Assim como enfrentou diversos problemas externos.

As tendências nacionais foram, em sua maioria, seguidas também em Santa Maria, como a inserção dos comunistas no movimento operário (no caso dos

²⁴ Op. Cit. SEGATTO

²⁵ O entrevistado não citou a data da eleição, mas, segundo os dados citados, pode-se perceber que foi a de 1947.

ferroviários), a participação em processos eleitorais e, em vários casos, a eleição sob outras legendas nos períodos de ilegalidade, prática realizada em várias regiões do País, como foi exposto anteriormente. A indicativa nacional de que os comunistas se inserissem nas organizações dos proletários, inclusive no MUT, para terem força e representação diante dos trabalhadores, foi colocada em prática também em Santa Maria, como também brevemente citado no capítulo anterior.

Em uma seção da Câmara dos Vereadores de Santa Maria, conforme registrado na ata do dia 12 de fevereiro de 1948²⁶, o vereador Higinio Trevisan pediu espaço para ler um manifesto escrito por Luiz Carlos Prestes. Durante a leitura, por várias vezes, foi aparteado pelo colega Getulio Mario Zanchi. Além disso, o Presidente da Câmara teve que ameaçar mais de uma vez, fazer sair da sala destinada ao público aqueles que não apresentassem postura conveniente segundo as supostas normas do Parlamento. Aqui, temos uma demonstração da tentativa de propagar os ideais comunistas, assim como também a resistência de alguns em aceitá-los. Assim, os comunistas locais, mesmo em época de ilegalidade, tentavam agir conforme os ideais do Partido, lutando pelos direitos da população.

A repressão policial, bastante citada no contexto nacional, estava presente também aqui, como vimos, com a prisão, sem embasamento legal, de vários militantes, como na simples organização da passeata contra a fome (na prisão de Mathias Salatiel Fernandes, bem como a de 1952, ainda mais sem motivo, no seu simples desembarque em Santana do Livramento), sofrendo violência por parte da polícia. A repressão não atingia apenas os comunistas durante os governos repressivos e nos chamados democráticos, como também os proletários em geral, os quais lutavam por seus direitos.

Além da repressão por parte da polícia, autorizada por autoridades do governo, também houve investimento em propaganda negativa em relação ao comunismo, que de certa forma o “diabolizava” e o culpava de qualquer manifestação, como se seu espectro tivesse sempre presente, como se qualquer problema ou erro devesse ser atribuído aos comunistas. Sobre isto, Alexandre Cruz (ferroviário aposentado) coloca que naquele cenário de luta, a demagogia sempre foi o lema de muitos oportunistas, aparecendo nas horas boas, sendo que, quando perdiam, os chamavam de comunistas.²⁷

²⁶ *Livro de Atas de 1948*. Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria. Ata 27 de 1948.

²⁷ CRUZ, Alexandre da. **A História da Viação Férrea em Santa Maria**: memórias de um aposentado. Santa Maria: Pallotti, 2004.

Sobre o anticomunismo, citando Carla Rodeghero, Flores, argumenta que o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações, tem sido chamado de imaginário anticomunista. Assim, essas representações podem ser reproduzidas através de atividades como produção de propaganda, ação e controle policial, pregações religiosas, organizações de grupos de ativistas e de manifestações públicas, estratégias educacionais, atuação no legislativo, entre outros.²⁸

A propagação do anticomunismo se deu de várias formas entre os ferroviários, e fez suas ideias estar bastante presente entre estes. Disseminaram-se, através da imprensa, ações do governo, bem como, até mesmo, pela própria direção das empresas. Contudo, sua maior divulgadora, certamente, foi a Igreja Católica. Tendo os ferroviários uma grande importância para a economia do País, assim sendo, a Igreja atuou junto a eles para tentar evitar a influência comunista. Desde os anos 1930 se foi construindo um imaginário anticomunista tendo como protagonistas os integralistas, a Igreja e o Governo (na época, de Getúlio Vargas). Esta propaganda, relacionava o comunismo a ideia de mal, levantando uma série de estratégias de representação política, social, cultural e ideológica para a sua negativização e suas ameaças ao povo brasileiro, estando entre elas a possibilidade da revolução.

Quanto aos problemas internos enfrentados pelo PCB (alguns já citados no primeiro capítulo), até meados da década de 1950, o Partido teve uma prática intransigente e estreita, marcado pelo esquerdismo, com uma estrutura interna autoritária e um centralismo burocrático e mecânico. Mesmo assim, essas dificuldades não foram empecilho para que o Partido participasse de momentos importantes do movimento operário e da vida nacional.

No meio sindical, o PCB teve uma política que surtiu efeitos negativos, pois combatia os sindicatos existentes e a prática de fazer greves a qualquer custo. Isso fez com que perdesse influência e ainda abrisse espaço para os trabalhistas e outras forças. Mas, em 1951-52, já apareciam algumas mudanças, quando os militantes comunistas que atuavam no movimento sindical começaram a romper as barreiras. A resolução sindical de 1952 introduziu importantes correções na orientação sindical do PCB,

²⁸ Flores, João Rodolfo Amaral. **O pragmatismo político dos ferroviários Sul-Rio-Grandenses**. Santa Maria: UFSM, 2009, p. 134.

fortalecendo a influência dos comunistas no movimento operário e suas posições nos sindicatos.

Porém, apesar das mudanças, permaneceram elementos da linha política tradicional, o que levou muitos militantes a continuar com a atitude de distância dos sindicatos e organizações de base e também com certa resistência à unidade sindical. Sobretudo, quando consideravam os líderes trabalhistas como inimigos a serem combatidos.

As mudanças mesmo começaram em 1956, quando o Partido foi abalado de cima para baixo com o XX Congresso do PCUS, devido ao início da desestalinização, juntando a isso os problemas internos acumulados por anos. Com tudo isso vindo a tona, houve certa “balançada” na linha política, acarretando em debates intensos cujo desdobramento foi a Declaração de Março de 1958 (já trabalhada anteriormente).

A nova linha política que se esboçou dali em diante defendia o pluralismo e a intervenção consciente e unitária das grandes massas no processo no caminho da renovação democrática e socialista do País. Porém, o PCB continuaria a defender as liberdades democráticas e a compreensão da revolução socialista como finalização do processo de conquista da hegemonia política pela classe operária, buscando a compreensão do marxismo, não como um conjunto de dogmas ou como filosofia da história, mas como método de análise da realidade histórica concreta e a elaboração de uma política que se adequasse à realidade histórica nacional específica.²⁹

Quanto aos problemas internos em Santa Maria, não se pode verificar com exatidão devido a pouca bibliografia e a escassez de fontes. Porém, até onde os problemas da linha política nacional atingiram os comunistas locais, com base nos documentos examinados, estes não pareceram tão sectários ou burocráticos, ainda mais por participarem ativamente dos movimentos e organizações dos ferroviários.

Enfim, apesar dos problemas internos e externos, seus equívocos na linha política, o PCB teve papel influente no movimento operário e nas lutas pelas necessidades do povo em geral, ajudando a inserir o proletariado como classe na vida política do País, tendo grande importância na sociedade e na formação histórica do Brasil no período estudado.

²⁹ SEGATTO, José Antônio, **A formação da classe operária no Brasil**. São Paulo: Mercado Aberto, 1987.

CONCLUSÃO

Essa monografia encerra-se sem um final propriamente dito, pois ainda há muito o que se pesquisar sobre o tema, mesmo porque os estudos sobre esse são ainda bastante restritos a nível local. Aqui foi apresentado brevemente no primeiro capítulo um contexto nacional sobre as ações dos militantes comunistas de 1945 a 1958, suas ações, suas dificuldades e suas mudanças de rumo, no segundo capítulo tentou-se fazer um trabalho mais local, sobre os militantes de Santa Maria, e no terceiro uma síntese entre ambos. Sendo assim é curioso refletir sobre como se sentiam essas pessoas em suas batalhas, enfim em seu dia a dia de militância, para tal seria interessante ver o trecho a seguir:

[...] Sentia-se cheio de uma grande força e participando dessa força. Começou a desenhar-se na sua consciência agora nitidamente, a sua fraqueza diante da brutalidade dos irmãos e do ambiente que tornava possível a exortação de que era vítima. Sentiu-se outro homem. As aspirações truncadas de sua vida haviam encontrado o rio largo, fecundo e poderoso das aspirações de todos os que eram seus companheiros de condições e necessidades. Estava integrado no grande ritmo das aspirações coletivas.³⁰

Berenice Cavalcanti, em sua tese, apresenta as sensações de um militante comunista, podendo parecer utópico ou idealizado, mas de certa forma demonstra o sentimento de unidade e de identidade que unia os comunistas em torno de um objetivo comum. Essa foi uma das motivações para esse trabalho.

De uma forma geral, a intenção foi fazer uma análise do Partido Comunista do Brasil no contexto da Segunda República, mais precisamente, entre os anos de 1945 a 1958, relacionando com acontecimentos da sociedade da época. Tentou-se, também, fazer a relação com o contexto local do período, relatando sobre a inserção dos vereadores de Santa Maria que eram militantes comunistas e que atuavam na clandestinidade do PCB, bem como dos demais comunistas da cidade no movimento operário, mais precisamente nas organizações dos ferroviários.

³⁰ CAVALCANTI, Berenice. **Certezas e ilusões**: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira. Niterói: EDUFF/PROED, 1986, p. 215.

É interessante colocar, conforme Brandão (1997), que esse período de clandestinidade foi aproveitado pelo Partido para apresentar-se como uma alternativa revolucionária para a população.

Enfim, apesar das políticas equivocadas, dos problemas internos, da dificuldade em fazer autocrítica, o Partido continuou existindo, sendo, por muito tempo, o mais importante Partido da esquerda no Brasil. Provavelmente, isso se deve às importantes lutas e bandeiras nacionais defendidas pela agremiação. O PCB continua sendo um instigante objeto de pesquisa e um bom trabalho pode ser feito por futuros pesquisadores para que as lacunas sejam preenchidas.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

BRANDÃO, Gildo Marçal. **A esquerda positiva**. As duas almas do Partido Comunista - 1920-1964. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O PCB: 1943 a 1964**. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982.

CAVALCANTI, Berenice. **Certezas e ilusões**: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira. Niterói: EDUFF/PROED, 1986.

CRUZ, Alexandre da. **A história da Viação Férrea em Santa Maria**: memórias de um aposentado. Santa Maria: Pallotti, 2004.

DURGANTE, Antônio. **Fim do pragmatismo**: as relações entre Estado e os ferroviários em Santa Maria/RS durante o primeiro período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1968). Santa Maria: UFSM, 2012. 131p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro. 3. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Os trabalhadores da V.F.R.G.S.** Santa Maria: Câmara de Vereadores de Santa Maria/RS, 2008.

_____. **O pragmatismo político dos ferroviários Sul-Rio-Grandenses**. Santa Maria: UFSM, 2009.

KONRAD, Diorge Alceno. Jorge Mottecy: o vereador de Prestes. In: *A Razão* - A Razão e a História, Santa Maria - RS, 28 mar. 2005, p. 2.

_____. 1935 -1945: repressão e organização. In: RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto (orgs.). **Contribuição à História do Partido Comunista do Brasil**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

_____. Legalidade e mundos do trabalho em Santa Maria (1961). In: **Anais do XI Encontro Estadual de História – História, Memória e Patrimônio**. Disponível em: http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346356121_ARQUIVO_TextoCompletoDeDiorgeAlcenoKonrad.pdf. Acesso em 27 dez. 2013.

KIELLER, Márcio. **PCB-PCdoB**. A unidade comunista no Brasil. Curitiba: Instituto Brasileiro de Estudos e Relações do Trabalho, 2002.

MACEDO, Michele Reis. **Os trabalhadores exigem: o movimento queremista e a candidatura Vargas**. Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MARX, Karl. Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MONTEIRO, Cláudia. Os ferroviários no Paraná e suas lutas políticas na década de 50. **Analecta**, v. 6, n. 1, Guarapuava, Paraná, p. 63-72, jan/jun. 2005.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**. Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boi tempo Editorial, 2001.

SEGATTO, José Antônio. **A formação da classe operária no Brasil**. São Paulo: Mercado Aberto, 1987.

_____. **Breve história do PCB**. 2 ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989

SEGATTO, José et alii. **PCB – memória fotográfica 192-1982**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**. São Paulo: HUCITEC, 1982.

Bibliografia Consultada:

CARONE, Edgard. **A Quarta República (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Hélio. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: **Na luta por direitos**. Estudos recentes em História Social do trabalho. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

FLORES, João Rodolfo do Amaral. **Fragmentos da História Ferroviária Brasileira**. Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria/RS, 2007.

JOBIM, André Vinícius Mossate. **Os “homens de aço” na luta por direitos: a greve ferroviária de 1945 em Santa Maria**. Monografia de Especialização em História do Brasil. Santa Maria: UFSM, 2010.

Documentos Consultados:

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria:

Livros de Atas de 1948.

Livros de Atas de 1949

Livros de Atas de 1950 – 1954

Livros de Atas de 1954 – 1958

Livro de Correspondências.

Entrevista:

Entrevistado: Luiz Carlos Pistóia de Oliveira (genro de Jorge A. Mottecy). Entrevista aberta, memória emprestada, sobre Jorge Mottecy. Realização da entrevista em 26 de maio de 2012, na casa do entrevistado em Santa Maria.

Jornais:

Diário de Santa Maria, 19 de junho de 2003, p. 11.